

“AMERICANISMO E FORDISMO” DE GRAMSCI: A ADAPTAÇÃO DO TRABALHADOR AS NECESSIDADES DA INDÚSTRIA

GRAMSCI'S "AMERICANISM AND FORDISM": WORKER'S ADAPTATION TO THE DILIGENT INDUSTRY NECESSITIES

Mariana Pfeifer

Resumo

O presente artigo resgata as principais elaborações de Gramsci acerca do desenvolvimento de uma nova forma de organização das bases materiais de produção e das relações sociais que foi denominado por ele como “Americanismo e Fordismo”. Ressaltam-se, especificamente, as questões político-ideológicas que contribuíram para a construção da hegemonia deste paradigma, por meio da utilização de mecanismos de coerção e consenso junto a classe trabalhadora. Aborda aspectos da formação social e estratégias utilizadas pelas elites para o adestramento e adaptações psicofísicas da força de trabalho a condições de trabalho específicas, de acordo com as necessidades da indústria da época. Dentre elas, destaca-se o apelo a uma nova ética sexual, desconstruindo a “animalidade” do ser humano pela valorização do puritanismo e da família monogâmica, assim como persuadindo parte da classe operária com “altos salários” para a construção de representantes e disseminadores da forma social correspondente do modelo industrial. Tendo em vista a necessidade da indústria moderna de generalizar o “novo tipo humano”, tais mecanismos de coerção e consenso buscam sedimentar normas e hábitos no ser humano que se enquadrem às exigências dos processos produtivos e a formas mais complexas de vida social e coletiva.

Palavras-chave: Gramsci, “Americanismo e Fordismo”, trabalhador.

Abstract

The present paper brings back the main Gramsci concerns about the development of a new material production basis organization, which was named by him as “Americanism and Fordism”. It is stressed, specifically, the political-ideological matters which contributed for the hegemony building of this paradigm, through the use of bullying and consensus

mechanisms along with the working class. It is considered the aspects of social formation and strategies used by elites to disciplining and work force psychophysical adaptation to specific work condition, according to the industry needs of that time. Among them, it can be highlighted the appeal to a new sexual ethics, deconstructing the “animality” of the human being by the valorization of the Puritanism and the monogynist family, as much as persuading a part of the working class with “high wages” to the building of representatives and disseminators of a social way corresponding to the industrial model. Considering the need of the modern industry to generalize the “new human type”, these bullying and consensus mechanisms aim to strengthen the rules and habits in the human being which can be squared to the demands of the productive process and the most complex ways of social and collective life.

Keywords: Gramsci, “Americanism and Fordism”, worker.

Em abril de 2007, completou-se 70 anos da morte do pensador italiano Antonio Gramsci. Dos seus 45 anos, os dez últimos, Gramsci esteve como prisioneiro dos cárceres fascistas, onde elaborou grande parte de sua obra. Seu legado teórico é de grande relevância para a compreensão do desenvolvimento societário, especialmente, no que se refere às relações políticas. Dentre os vários aspectos que analisou, no Caderno 22 de 1934, Gramsci discorre acerca do desenvolvimento de uma nova forma de organização das bases materiais de produção e das relações sociais, que denomina de “Americanismo e Fordismo”. Ao longo das páginas que se seguem, apresentar-se-á um resgate das principais elaborações de Gramsci acerca da implementação do denominado “Americanismo”, especificamente, as questões político-ideológicas que contribuíram para a construção da hegemonia deste paradigma, por meio da utilização de mecanismos de coerção e consenso junto à classe trabalhadora. Tal debate é de extrema importância, posto que as relações políticas entre as classes que se desenvolveram a partir de então ecoam na contemporaneidade sob novas roupagens.

Gramsci coloca a análise do “Americanismo e Fordismo” como forma de ultrapassar o “velho individualismo econômico” com a instauração de uma economia pragmática. Estuda a nova face expansiva da reprodução do capital decorrente da aplicação das teorias da organização científica do trabalho de Taylor, implementada na indústria automobilística Ford dos Estados Unidos, e a construção de uma nova civilização baseada na ideologia que

Gramsci denomina “americanismo”, esta que vem afirmar a hegemonia¹³ industrial americana.

Brevemente, o método fordista analisado por Gramsci consiste numa forma de organização do trabalho baseada em esteiras de montagem de produção em massa, que introduzem mecanismos para a aceleração do trabalho, onde o trabalhador é submetido a movimentos ininterruptos e repetitivos comportando-se de forma mecânica e passiva. Em outras palavras, a reorganização dos processos produtivos de acordo com as esteiras de montagem (fordismo) aliado à redefinição dos tempos, movimentos e funções no processo de trabalho (taylorismo), possibilitou grande aumento da produtividade na indústria. E, nas palavras de Gramsci (2001, p.266),

Taylor expressa com brutal cinismo o objetivo da sociedade americana: desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica de trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal.

Analizando a introdução deste método industrial nos Estados Unidos e na Europa, em especial na Itália, Gramsci deixa claro que necessariamente haveria resistência a uma mudança deste porte na Europa, principalmente, pelas forças subalternas que nesta nova lógica “teriam de ser ‘manipuladas’ e rationalizadas de acordo com as novas metas” (GRAMSCI, 2001, p.241). No quadro das configurações materiais para a implementação do modelo fordista de produção, Gramsci analisa as “condições preliminares” da sociedade americana através de sua “composição demográfica racional”, identificando a inexistência de “classes numerosas sem uma função essencial no mundo produtivo, isto é, classes absolutamente parasitárias” (GRAMSCI, 2001, p.243), o que evidenciou a possibilidade objetiva de uma base sadia para a implementação da indústria fordista. Na composição demográfica européia da época, a introdução de “uma forma moderníssima de produção e de modo de trabalhar, como aquela oferecida pelo tipo americano mais aperfeiçoado” (GRAMSCI, 2001, p.242), encontraria resistência por parte dos “intelectuais” e “morais”, sendo necessárias estratégias de coerção.

¹³ Hegemonia para Gramsci pode ser resumidamente entendida pelo seu oposto: a crise de hegemonia, “que se caracteriza pelo enfraquecimento da direção política da classe no poder, ou pelo enfraquecimento do seu poder de direção política e perda do consenso” (SIMIONATTO, 1995, p.41).

O que Gramsci busca destacar nesta discussão é que a questão histórica de cada formação social é decisiva quando da conformação de alterações nas bases produtivas e forma social, ressaltando que na Europa a história passada gerou sedimentações na estrutura econômica. Gramsci esclarece quando afirma que

No exame deste problema, não está imediatamente em questão a forma de organização econômico-social, mas a racionalidade das proporções entre os diversos setores da população no sistema social existente: cada sistema tem sua lei das proporções definidas na composição demográfica (GRAMSCI, 2001, p.247).

Gramsci afirma que as características da formação social americana permitiram a introdução do modelo fordista de racionalização da produção e do trabalho de forma mais “fácil”, construindo o modo de vida do país centrado na produção através da combinação de esquemas de coerção, como pela destruição do sindicalismo operário, e de consenso, persuadindo os trabalhadores com altos salários, benefícios sociais e estratégias ideológicas e políticas. Esta problemática vem reiterar a concepção gramsciana de que “a hegemonia nasce na fábrica” (GRAMSCI, 2001, p.247), onde a construção de uma sociedade racionalizada vem necessitar de mecanismos de persuasão e força para o adestramento da classe trabalhadora que, consequentemente, cria uma filosofia de vida para a sociedade. Simionatto (1995, p.84) contribui quando afirma que este processo busca “a formação de uma ideologia, isto é, do chamado ‘americanismo’, centrado na racionalização do trabalho e nos seus pressupostos mentais e sociais, para obter adesão voluntária do trabalhador”.

Deste modo, Gramsci vem afirmar seu entendimento de que na forma social “racionalizada”, há uma relação dialética entre estrutura e superestrutura, onde “a ‘estrutura’ domina mais imediatamente as superestruturas e estas são ‘racionalizadas’ (GRAMSCI, 2001, p.248). Esta concepção se remete à visão gramsciana, tal qual em Marx, de que as bases materiais de produção, ou seja, a estrutura de um tipo de sociedade vem determinar as formas jurídicas, políticas, ideológicas, enfim, a configuração superestrutural de uma determinada formação societária. Nestes termos, o desenvolvimento capitalista do tipo “americanismo e fordismo” vem requerer um “novo tipo humano”, conformado e enquadrado às necessidades do desenvolvimento das forças produtivas.

Para tanto, Gramsci elenca algumas características e formas estratégicas do “americanismo e fordismo” em suas exigências objetivas de desenvolvimento e sua “específica fisionomia política-ideológica” (SIMIONATTO, 1995, p.85). Entretanto, na época

de suas análises, o pensador identifica a fase inicial da implementação de adaptações psicofísicas nos trabalhadores da indústria, ressaltando que “ainda não se verificou (antes da crise de 1929), salvo talvez de modo esporádico, nenhum florescimento ‘superestrutural’, ou seja, ainda não foi posta a questão fundamental da hegemonia” (GRAMSCI, 2001, p.248).

Neste sentido, um dos aspectos analisados por Gramsci refere-se a “questão sexual”, que passa a ser regulamentada por um “conjunto de constrangimentos e coerções diretos e indiretos exercidos sobre a massa” (GRAMSCI, 2001, p.269), pois segundo o autor, a questão sexual dos trabalhadores tem papel significativo, ressaltando que, no âmbito do “Americanismo e Fordismo”,

foram os instintos sexuais os que sofreram a maior repressão por parte da sociedade em desenvolvimento; a “regulamentação” dos mesmos, pelas contradições que gera a pelas perversões que lhe são atribuídas, parece a mais “contrária à natureza” e, portanto, são mais freqüentes neste campo os apelos à “natureza” (GRAMSCI, 2001, p.249).

Gramsci indica que a reprodução tem um papel econômico, e que por isso vem interessar a sociedade em sua totalidade,

para a qual é necessária uma determinada proporção entre as diversas idades tendo em vista a produção e manutenção de parte passiva da população (passiva em sentido normal, por idade, por invalidez, etc.), mas é também um fato “molecular”, interior aos menores aglomerados econômicos, como a família (GRAMSCI, 2001, p.250).

A vida industrial exigia que o trabalhador apresentasse determinadas características psicofísicas, adaptadas a condições de trabalho específicas, como referentes a condições de “nutrição, de habitação, de costumes, etc.” (GRAMSCI, 2001, p.251), características estas que necessitavam ser “adquiridas” pelos trabalhadores, visto que não eram “naturais” do ser humano. Neste ponto, o autor revela a importância da família, pois tais características quando “transferidas por herança” durante a infância e adolescência evitariam gastos com aprendizagem. Ressalta que

a baixa natalidade urbana exige um contínuo e relevante gasto com o aprendizado dos novos urbanizados e traz consigo uma permanente modificação da composição

sociopolítica da cidade, colocando continuamente em novas bases o problema da hegemonia (GRAMSCI, 2001, p.251).

Para tanto, seria necessária a construção de uma “nova ética sexual”, regulamentada para as necessidades dos novos métodos de produção e de trabalho, desvendando uma aparência de “puritanismo” ao impor uma “rígida disciplina dos instintos sexuais” pela regulamentação e estabilidade das relações sociais através do fortalecimento da família monogâmica.

O novo industrialismo quer a monogamia, quer que o homem-trabalhador não desperdice suas energias nervosas na busca desordenada e excitante da satisfação sexual ocasional: o operário que vai para o trabalho depois de uma noite de “orgias” não é um bom trabalhador; a exaltação passional não pode se adequar aos movimentos cronometrados dos gestos produtivos ligados aos mais perfeitos automatismos (GRAMSCI, 2001, p.269).

Do mesmo modo em que a questão sexual foi regulamentada, também entrou em pauta a luta contra o uso do álcool, que passou a ser entendido como “o mais perigoso agente de destruição das forças de trabalho” (GRAMSCI, 2001, p.267), pelo fato de consumir as energias e a eficiência “muscular-nervosa” do trabalhador. Deste modo, Gramsci vem refletir que o industrialismo, em sua história, sempre buscou desconstruir a “animalidade” do homem – entendida como os instintos mais naturais, “animalescos e primitivos” – buscando sedimentar normas e hábitos no ser humano que se enquadrem às exigências dos processos produtivos e a formas mais complexas de vida social e coletiva, por meio de diretrizes “de ordem, de exatidão, de precisão sempre novos, mais complexos e rígidos” (GRAMSCI, 2001, p.262). Portanto, as mudanças na forma de ser e viver colocam-se como uma ruptura do velho pelo novo, que “tiveram lugar através da coerção brutal, ou seja, através do domínio de um grupo social sobre todas as forças produtivas da sociedade” (GRAMSCI, 2001, p.262).

Com efeito, o estímulo às iniciativas puritanas da indústria Fordista é lembrada por Gramsci não como uma face de preocupação com a “humanidade e espiritualidade” do trabalhador. Ao contrário, a racionalização e o proibicionismo teriam por objetivo manter o equilíbrio psicofísico do trabalhador, ou seja, “manter a continuidade de eficiência física do trabalhador, de sua eficiência muscular-nervosa” (GRAMSCI, 2001, p.266) para que ele esteja apto para desempenhar sua função com a precisão que o método industrial exige. Assim, o “puritanismo” foi o meio utilizado para estender a disciplina para fora do trabalho,

como forma de impedir “o colapso fisiológico do trabalhador”. Gramsci sedimenta sua análise no fato de haver “investigações dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a ‘moralidade’ dos operários” (GRAMSCI, 2001, p.266) e acrescenta: “quando a pressão coercitiva é exercida sobre todo o complexo social [...], desenvolvem-se ideologias puritanas, que dão a forma exterior da persuasão e do consenso ao uso intrínseco da força” (GRAMSCI, 2001, p.263).

Outra questão de debate na construção teórica gramsciana acerca do “Americanismo e Fordismo”, que se mostra importante a presente reflexão, é o “alto salário”. Para Gramsci, os altos salários pagos a uma elite de operários da Ford revelam-se como uma estratégia de persuasão para adaptação da força de trabalho aos novos métodos de produção e de trabalho, nas palavras de Gramsci (2001, p.273) “é um fenômeno derivado de uma necessidade objetiva da indústria moderna que atingiu determinado grau de desenvolvimento e não um fenômeno primário”. É uma ferramenta para selecionar e manter um quadro estável de trabalhadores qualificados que estão adaptados ao novo modelo de produção, e fazê-los representantes e disseminadores da forma social correspondente do modelo industrial.

Esta questão se coloca no centro da discussão das formas de coerção e consenso utilizados no método “fordista”. Gramsci ressalta que a adaptação da força de trabalho não pode se dar apenas pela coação social, pois “não tardará a provocar consequências graves para a saúde física e psíquica dos trabalhadores” (2001, p.273). Para o pensador, deve-se combinar formas de coação, como a autodisciplina, com persuasão e consenso, estes evidenciados por Gramsci na forma de altos salários, que através de uma maior redistribuição, permitiria um determinado padrão de vida “capaz de manter e reintegrar as forças desgastadas pelo novo tipo de esforço” (2001, p.273).

Tendo em vista a necessidade da indústria moderna de generalizar o “novo tipo humano”, seria necessário um longo processo de mudanças nas condições e nos costumes sociais e individuais. E, para tanto, é evidenciada a criação de “elites necessárias à tarefa histórica” (GRAMSCI, 2001, p.265) e seu desenvolvimento, o papel de coação sobre as demais esferas sociais. Assim, os altos salários são destinados apenas para uma “aristocracia operária” e não a toda massa de trabalhadores, tendo esta elite o papel de disseminar as “virtudes” do trabalhador moderno.

Para Gramsci, tanto as classes trabalhadoras quanto as classes média e dominante sofrem pressão coercitiva quando é exercida sobre todo complexo social, sendo que se a pressão não for advinda de classes superiores pode haver uma situação de “hipocrisia social

totalitária”, onde há “um conflito íntimo entre ideologia ‘verbal’, que reconhece as novas necessidades, e a prática real ‘animalesca’, que impede aos corpos físicos a absorção efetiva das novas aptidões” (GRAMSCI, 2001, p.264). Neste caso, portanto, quando não há a absorção das “virtudes” via consenso nem por coerção, pode surgir um momento de crise, onde somente uma coerção de novo tipo, exercida por uma “elite de classe sobre a própria classe” (GRAMSCI, 2001, p.264) trará resultados, em forma de “autocoerção” ou “autodisciplina”, sendo que a pressão cessa quando as massas adquirirem os costumes necessários a determinado modo de produção material, se não, continuam a sentir a pressão coercitiva.

Gramsci vem demonstrar, com estas indicações teóricas, que um conjunto integrado de estratégias de coerção e consenso são fundamentais para a construção da sociedade industrial do tipo “Americanismo e Fordismo”, onde a adaptação do ser humano é fator determinante para a produção e reprodução da base material, ou seja, para o desenvolvimento das condições econômicas de produção.

Referências

GRAMSCI, Antonio. Caderno 22 (1934): Americanismo e Fordismo. In: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 4. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 241-282.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci:** sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. Florianópolis: Ed. Da UFSC; São Paulo: Cortez, 1995.